O SUJEITO COMO OBJETO DE DESEJOS NA PRODUÇÃO DE DISCURSOS

THE SUBJECT AS OBJECT OF DESIRES IN DISCOURSE PRODUCTION

Antônio Carlos do Nascimento Osorio[1]

Ruberval Franco Maciel[2]

Nelagley Marques[3]

Daniel Derrel Santee[4]

RESUMO: Este artigo apresenta apontamentos das obras foucaultianas que tratam da teoria do discurso nas dimensões de saber e poder, cujo propósito é o Sujeito em suas heterogeneidades, produzidas pelas práticas culturais que o determinam e os cuidados de si. Em pauta as condutas como exercícios de sujeição. São condições do meio que captam o corpo do Sujeito a ser submetido constantemente a agressões biológicas, psicológicas e sociais. O estudo parte da visão do discurso sócio histórico instituído, como um movimento ideológico de como se vê o outro, anulando muitas vezes quem ele é. São tentativas de relativizar a noção de discurso, contrapondo fatores históricos e sociais. É necessário resgatar o sujeito humanizado pelo que ele é e não o que ele representa ser. Além da abordagem interpretativa de nosso estudo, adotamos em alguns movimentos, dos elementos da gramática sistêmico funcional, demarcados por um tempo, espaço ontológico, valores e intenções subjacentes em anunciar quem é o Sujeito como objeto de desejos na produção de discursos.

PALAVRAS–CHAVE: Foucault; Discursos; Sujeito.

ABSTRACT: This paper aims at discussing foulcaultian's discourse theories in the di mensions of knowledge and power whose focus is the Subject and its heterogeneities produced by cultural practices that determine them and the care with oneself. The conducts as exercise of subjectification are highlighted. Environments are conditions that capture the body of the Subject to be submitted to constant biological, psychological and social aggressions. The study considers the view of socio historical discourse as an ideological movement of how one sees the other, anulando sometimes what he is.

1 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. antonio.osorio@ufms.br

2 Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. ruberval.maciel@gmail.com

3 Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. nelagley@gmail.com

4 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. danielsantee@msn.com

These are attempts to relativize the notion of discourse, contrapondo historical and social factors. It is necessary to rescue the humanized subject by which he is and not what he represents to be. Besides the interpretative approach of our study, we adopt some movements of systemic functional grammar demarcados by time, ontological space, values and subjacentes intentions in announcing who the Subject is as object of desires in discourse productions.

KEY WORDS: Foucault; Discurse; Subject.

Existe em muita gente,
penso eu,
um desejo de começar de se encontrar,
logo de entrada, do outro lado do discurso...

(Foucault, 2010, p.6)

Neste texto são apresentados e discutidos alguns conceitos da teoria do discurso de Michel Foucault, especialmente os conceitos de sujeito e a heterogeneidade do discurso, explicitando a íntima relação entre discurso e poder, na produção de saberes, visando ao sujeito, bem como às várias e complexas formas de "investigar as coisas ditas", tendo o propósito de exercitar processos deste referencial teórico e metodológico para as pesquisas na área de humanas e sociais, no qual se pretende analisar alguns discursos das práticas culturais sobre as condutas do sujeito, como exercícios de sujeição.

Escolher o sujeito para tentar compreendê-lo, por alguns artefatos das práticas sociais (regularizações) ou pelas tentativas de exercer o cuidado de si (desregularizações), em comum, exercícios constantes de possibilidades de sobrevivência, entre as buscas, escolhas e realizações, entre os desejos e as frustrações, entre o possível e o impossível, o que não se limita a condições meramente subjetivas ou objetivas, mas se apossa de um corpo complexo, que, pelas próprias condições naturais e sociais, é submetido constantemente a agressões biológicas, psicológicas e sociais.

Trata-se, então, de tentativas de equilíbrios entre diversas funções, de um estado anatômico, fisiológico e emocional, precário e sempre ameaçado por dentro e por fora, de maneiras discretas ou não, algumas vezes visíveis ou invisíveis, mas sempre com sentimentos de sofrimento, que não só sintetizam uma existência individual e coletiva, mas justificam suas manifestações de condutas.

Para dar conta desse exercício, que não se esgota neste texto, foi necessário fazer algumas escolhas, que não foram simples, menos ainda fáceis. A primeira ocorreu em retomar o corpo pelas suas características biológicas, físicas, psicológicas, inserido em diferentes práticas culturais e sociais, tendo como princípio, que o próprio conhecimento e a natureza humana não pressupõem relações de afinidades entre as coisas. Pelo contrário, o conhecimento, quando acessado, exprime uma forma elementar do poder e dominação, os quais, na medida do possível, permitem desmitificar algo unificado ou único, distanciando-se, muitas vezes, da natureza do próprio corpo, do indivíduo.

Enquanto princípio, os apoios foram surgindo, no primeiro momento, por meio das leituras, discussões e constatações observadas em estudos concluídos e ainda em andamento, acumuladas no GEIARF. No segundo momento, fomos apoiados por autores,

que dedicaram partes de seus estudos e pesquisas ao corpo, ao sujeito e à subjetividade, desenhando uma base empírico-analítica, cujas vertentes não possuem um local, tempo ou espaço determinado de suas ocorrências, mas auxiliam a consolidação das tentativas de um saber efetivamente, enquanto discurso, não para rotular, mas para entender quais os motivos que nos conduziram a isso ou aquilo, dando não somente os efeitos de sua compreensão, mas parte das causas que o levaram a existir. Pressupõe movimentos de entrechoques da existência de cada um com as práticas culturais e sociais, e abertura de outras possibilidades de serem lidas por novas formas, não tão óbvias e de fáceis evidências. Aquilo que vejo e sinto, talvez não seja e nem tenha tamanha proporção de como valorizo.

Isso se encaminha para as formas de perceber e sentir, minuciosamente, cada oportunidade de experienciar o próprio corpo, conduzindo para os campos da subjetivação, enquanto modos peculiares de elaboração de subjetividades, que varia de indivíduo para indivíduo induzindo manifestações corpóreas, das mais simples, como um sorriso ou choro, às mais complexas, como uma patologia, a partir de um conjunto de dispositivos de cunho biológico e emocional, que produzem sínteses, que sofreram várias depurações anteriores, antes de suas manifestações. São as determinações sociais e culturais, remetidas aos elos da natureza humana, não tendo, muitas vezes, afinidades, explicações e semelhanças, mas se fazem presentes e determinam as condições de existência de cada um — são fontes de produção de discursos.

É o corpo investido de tentativas de elaboração do conhecimento, que, por sua natureza, é contrainstintivo e contranatural, sempre ocorrendo em movimento de fora para dentro, em uma variedade de oportunidades, dependendo sempre da forma que cada um escolhe, já que a sua elaboração e apropriação visam a regularizações de diferentes ordens e interesses pautados pelos mecanismos vigentes em cada sociedade, demarcando uma conjugação de saberes e práticas discursivas que as compõem, sofrendo ou não uma seleção prévia de compreensão de sua real existência e validade, pelo significado atribuído por cada indivíduo a outro indivíduo.

Embora sejam linhas tênues, o corpo se insere em um mundo, passando por processos de forma individualizada, seja pelas características condicionadas aos limites do corpo, que induzem a outros dispositivos relacionados diretamente ao meio em que se manifesta na condição de ajustes de possibilidades, desenhando sua estrutura, por seletas formas, como as linguagens de quem enuncia, de quem observa e o que entende, que muitas vezes não fazem parte do corpo submetido ao exame.

O problema passa a ser de cada um, no leque das possibilidades de escolhas, exigindo uma forma para selecionar, a partir daquilo que compreende como melhor. Enquanto proporção de um problema, ganha outras dimensões, feita a escolha, como conviver com ela, já que não houve garantias de qual seria a melhor ou pior entre as alternativas. Essa confirmação, ou não, só se explicitará na convivência com ela, exigindo manifestações corpóreas, peculiares, como o choro de felicidade ou de tristeza, ou pelo o sorriso, de alegria ou ironia, determinando parte das condições às quais o corpo é submetido de forma momentânea.

Por outro lado, há uma forte tradição de se compreender a subjetividade como resultante da mente, dissociada de aspectos biológicos e sociais, os quais impõem limites e possibilidades ao próprio corpo. Essa partilha, meramente técnica, compromete

o princípio de que o homem é fruto do meio, a partir de suas condições existenciais regradas pelo seu corpo. A subjetivação carrega em si os elementos naturais do corpo, e se imbrica nas formas de elaboração das subjetividades, compostas por elementos que envolvem percepções e sentidos, sempre peculiares, em simbioses exaustivas com as relações sociais, desprovidas de uma passividade depositária das práticas sociais e culturais. Funciona em uma base elementar entre estímulo e reposta; não há inércias.

Isso se dá, pela questão que o corpo, além de complexo, incita outros corpos, ao ser colocado sempre na condição de submissão, por constantes vigílias, pelas técnicas mais tradicionais de exames, pelos aspectos emocionais com que os outros corpos se aproximam dele. Criam-se diferentes estratégias de disciplinamento (regularizações) operacionalizadas por estratégias indicadas pelas práticas culturais, independentemente de quem seja o operador, como um consenso, desprovidas de qualquer análise preliminar que indique sua validade ou necessidade para aquela situação. Enquanto um valor operativo, ele não pode ser exercido senão dentro dos limites estreitos do corpo, como um asilo do frio e do calor, da paixão e do ódio, das necessidades básicas de sobrevivência, em meios artificiais, sem nenhuma margem de segurança, pelos riscos constantes aos quais o corpo é exposto pelo disciplinamento.

O princípio geral é de que o corpo tem sede de normalização, pelas suas condições biológicas e emocionais, em um processo constante, organizado minuciosamente dentro de um tempo e espaço, necessitando sempre de abrigos, embora tudo isto se encaminhe para embates inesgotáveis, na relação do eu com outros. É a natureza do corpo em cada fase da vida, que exige, a princípio, diferentes disciplinamentos, dependendo sempre do que ele possa representar aos outros ou às deformações que se evidenciem.

Em cada fase da vida, independentemente de vontades ou prazeres, todos se transformam em peças de um jogo. É promoção de uma espécie de guarda, acolhimento, que, para alguns, são cuidados, não só para suprir as suas necessidades básicas, como alimentação, saúde, educação entre outras, mas para garantir a sua sobrevivência e a perpetuação de uma das espécies animais, desprovida de mecanismos de defesas e de autossuficiência, exigindo sempre o envolvimento de outros corpos que deem conta de suprir as limitações de sua natureza, como a preservação da saúde, a saciedade da fome e o prazer, para o que surgem, então, as figuras maternas, paternas, os esposos, as esposas, os companheiros, os professores, os médicos e as instituições necessárias de modelação, as famílias, as escolas, as igrejas, os hospitais, os presídios entre as demais.

Isso implica um fecundo rigor de policiamento ao corpo pelos outros, sob os extremos de uma pena de morte, a serem estabelecidos pelas fragilidades naturais que sempre o caracterizam, em cada momento da vida. Enquanto um tipo de inspeção deve ser permanente, sobre vários ângulos, com intensidades e variâncias, dependendo do afrontamento ou ameaças às desregularizações do próprio corpo e daquelas instituídas pela sociedade, tendo propósito de controlar os movimentos, as linguagens, os sentimentos e, se possível, os pensamentos, sinalizados por um conjunto de representações sociais previamente padronizadas pelas instituições, independente do limite do próprio corpo.

É a explicação de discursos com bases disciplinares em atos, sobre o corpo, que exigem respostas, coletivas e individuais; que forjam ansiedade, medos e receios a

que são submetidos os sujeitos, a partir de critérios da anormalidade, em prol de uma discriminação concebida como doença, forjando um lastro para a tristeza ou depressão, em pauta nas sociedades modernas. Talvez por isso, as práticas sociais fundamentam-se em ações políticas (frutos de estratégias e técnicas) que conduzem aos caminhos de domínios e controles. Com isso é necessário apreender profundamente que o senso comum se autoexplica pelas incidências, ele não revela os elementos que conduzem aos caminhos e aos domínios de poderes, tecidos nas sociedades ditas humanas.

Foucault abordou a questão da anormalidade por meio de um estudo arqueológico sobre o homem anormal do século XIX: "o monstro humano", "o indivíduo corrigível" e o "onanista" - figura totalmente nova no século XVIII, que aparece a partir de suas reflexões sobre a sexualidade e a organização familiar com a posição da criança no meio do grupo parental, com a nova importância dada ao corpo sexual da criança e à saúde, nos seguintes termos:

> A divisão constante do normal e do anormal, a que todo indivíduo é submetido, leva até nós, e aplicando-os a objetos totalmente diversos, a marcação binária e o exílio dos leprosos; a existência de todo um conjunto de técnicas e de instituições que assumem como tarefa medir, controlar e corrigir os anormais faz funcionar os dispositivos disciplinares que o medo da peste chamava. Todos os mecanismos de poder que, ainda em nossos dias, são dispostos em torno do anormal, para marcá-lo como para modificá-lo, compõem essas duas formas que longinquamente derivam. (FOUCAULT, 1987, p. 165).

Isso interfere diretamente na noção de saúde, na medida em que ela está bastante distante de ser clara, pois é quem fornece as pistas de suas condições biológicas e emocionais do corpo, em uma interação inesgotável. De forma geral, a fragmentação da medicina moderna exige especializações, tanto para o diagnóstico como para tratamento, não estabelecendo relações básicas entre o biológico, menos ainda com o emocional, ou vice-versa. É o corpo fragilizado por intermédio de um conjunto de subsídios, submetido ao exame, que em condições regradas pelo medo do que será ou não colocado pela ausência da saúde, omite, muitas vezes, elementos importantes, que não explicitam sinais clínicos inquietantes, aos quais os especialistas atribuem uma ou mais condições satisfatórias ou não.

A saúde de um corpo passa a ser compreendida pelo limite de um ideal universal, do qual cada corpo, em particular, se aproxima ou se distancia por suas condições biológicas e emocionais, já que as especificidades anatômicas e fisiológicas que se manifestam no detalhe de cada célula e sistema dão originalidades sem igual, singularidades, nas suas formas próprias de equilíbrios e desequilíbrios.

Nenhum corpo detém as mesmas características, além daquelas que são atributos gerais; não há iguais, mas, sim, semelhantes, pela sua estrutura sistêmica, o que exige constantes equilíbrios imbricados uns nos outros no interior de cada corpo e entre os outros corpos, supondo manter a intervenção ilimitável de diversos fatores, deixando evidente a complexidade e a delicadeza de sua ação adaptativa. A noção de saúde, dessa forma, tem como princípio geral a busca de um equilíbrio de um ou mais desequilíbrios, em ações complexas e permanentes, em cada momento de sua existência. A dor ou o mal-estar comprometem os limites de um corpo, embora sejam localizados, dão dimensões de um mal-estar geral.

Além disso, o corpo, pela necessidade constante de suas características, vincula-se a locais de exclusão, quando localizado pelas práticas sociais. Além de frágil, inacabado, requer sempre diferentes cuidados, reivindica a necessidade de ser constantemente moldado, aperfeiçoado e redistribuído, tendo o propósito comum da sua guarda, o depósito, pelos esquemas disciplinares vigentes, buscando novas regulamentações, inclusive aquelas relacionadas às atitudes que caracterizam suas diferenças, comprometendo em muito suas potencialidades.

Nada tão simples, essas aproximações sobre o corpo como fruto dos interesses da sociedade, considerando as demandas que vão instigando novas tecnologias e o princípio de que, na atualidade, não mais interessa isolar o corpo pelas formas tradicionais adotadas até então. Além disso, busca-se não individualizar ou agrupar em especificidades de características de semelhanças, mesmo aqueles que possam representar certa contaminação, tratados pelas práticas culturais como loucos, vagabundos, prostitutas, miseráveis, pobres, os homossexuais ou todos aqueles que, por um motivo ou outro, representem um determinado tipo de desvio dos padrões culturais, legalizados, regrados e normatizados, são vistos como uma peste, uma ameaça de contaminação coletiva ou de risco social, daquilo que se denomina de diversidade, envolvendo elementos culturais, injustiça social, discriminação entre outros dispositivos.

Por outro lado, se é que houve uma ampliação dos espaços sociais para redução dos isolamentos, em nome da valorização das diferenças entre os corpos, essas alterações não se deram de forma linear de reconhecimento, embora os propósitos sejam preservados. É fundamental ter-se clareza de que reconhecer não implica aceitar, mas, sim, abrir um novo espaço de negação da diferença, pois não há uma alteração nas práticas culturais, nem do ponto regulatório que garanta possibilidades de convivência entre as diferenças que marcam os corpos, menos ainda nas práticas culturais. Isso ocorre em função de que, na sociedade contemporânea, o corpo que se dirigia ao castigo, como um ritual coletivo, como exemplo de punição, deixou de ser o foco de controle. Isso se deve a dois fatores: a ampliação significativa do sentido de anomalias pelas práticas sociais e o deslocamento da punição física para o emocional.

Foucault (1975) explica que agora não é mais ao corpo, que deve sofrer as marcas da violência, mas a alma. Isso passou a exigir outras tecnologias de elaboração de mecanismos de punição, dando um poder justificável sobre os indivíduos — o suplício — permanente na história da humanidade, preservando o medo, a insegurança e o receio, intensificando a ansiedade. São outras formas, mas mantendo os mesmos propósitos. Em pauta, as angústias.

Essa intervenção passa a recair na subjetividade de cada um, que se entrelaça com o exercício histórico das práticas de poderem punir. Foucault (1987, p. 31) relata:

> O suplício é uma técnica e não deve ser equiparada aos extremos de uma raiva sem lei, uma pena, dentre eles, obedecer a certos critérios, entre eles de produzir certa quantidade de sofrimento no corpo que se possa, se não medir exatamente, ao menos apreciar, comparar e hierarquizar; a morte é um suplício na medida em que ela não é simplesmente privação do direito de viver, mas a ocasião e o termo final de uma graduação calculada de sofrimentos [...] o suplício repousa na arte quantitativa do sofrimento.

Cada corpo é uma espécie de asilo, com tecnologias diferenciadas nas formas de sentir, valorizar, acreditar e ser, pois as distorções assim atribuídas assumem

características de epidêmicas e representam, a princípio, serem distintas, localizadas, em seguida, fica comprovado, que não. Isso implica considerar que o suplício não se reduz a determinados grupos ou classes sociais, nem espaços predeterminados, muito ao contrário, esses modelos de análises se esgotaram criando hiatos entre as culturas locais e dificultando a compreensão de suas manifestações, que não ultrapassam a sínteses e nem revelam seus processos constituintes. Elas se inserem em uma rede de relações, presente no interior do tecido social, na simbiose entre o coletivo e o individual, cuja intensidade dos mesmos fatos se relaciona diretamente as formas de subjetivação de cada um, dando o valor ou não, ganhando espaços não só o físico, mas o emocional.

O corpo passa a ser de todos e objeto de desejo do controle; portanto, todos devem ser regulamentados ou disciplinados, nem que tenham que ser castigados, não mais fisicamente, mas por sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos — princípio normativo da diversidade em sua subjetividade e que detenha uma variância significativa de compreensão, de forma a recriar novos conflitos e outras ansiedades.

A partir daí as instituições ganham papel fundamental; embora nada mais sejam do que produções sociais, adequadas ao tempo, espaço e condições locais, passam a ser austeras sobre o corpo e funcionam como aparelhos disciplinares exaustivos em vários sentidos: devem tomar a seu cargo todos os aspectos do corpo, seu treinamento, físico e intelectual, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições, como uma verdadeira força. Apresentam em seu funcionamento características comuns de serem oficinas ou religiões na formação de exércitos, que implicam uma especialização onidisciplinar, em relação à incapacidade sentida numa economia expansiva para incluir determinados corpos em um ou mais agrupamentos ou sociedades.

Essa necessidade se dá porque, de forma geral, cada corpo demonstra diminuições físicas, psíquicas e sociais, não só pela fase de desenvolvimento em que se encontra, mas pelas necessidades naturais, as quais exigem uma intervenção direta sobre o mesmo, tanto que:

> [...] a instituição sempre será espaço de disposição, arranjo, formação, instrução, educação do corpo e da mente; marcada por princípios, métodos, sistemas, doutrinas. Seu movimento será sempre operativo (ação propriamente dita), voltado para instituir, arranjar, estabelecer, construir, preparar, dar e recuperar; organizando seus propósitos na perspectiva de um determinado grau de regularidade ativa; concebido culturalmente por atributos designados em suas práticas sociais. Os movimentos das instituições serão, ainda, sempre delimitados em suas funções também construídas pela sociedade, especificando, assim, seus atributos. (OSÓRIO, 2010, p. 23).

A compreensão dessa dinâmica sempre ocorrerá por meio de diferentes mecanismos e estratégias aplicados por cada instituição, justificando sua existência conservadora e ampliando sua razão de existir, embora altere suas finalidades e configurações, como a família, a escola, o hospital, o posto de saúde, a igreja entre outros, dando abertura, inclusive, para seu fracasso ou exercícios de saudosismo, passando a ser regada por valores culturais (interpretação, limite ou expansão de ação, possibilidades e reais interesses — que não necessariamente sejam explicitados, mas contidos); em cada momento da história podem agregar outros significados e significantes ou reconduzir outras configurações.

Essa intervenção direta, exigida sobre cada corpo, nada mais é do que uma das formas de gestão sobre os outros, pela ordem e pela proteção, independentemente de regime político o qual ele fica submetido, variando apenas as táticas utilizadas para obtenção de um mínimo de controle em cada ponto da rede em que se insere entre as diferentes instituições.

Todavia, ao descortinar registros institucionais, pode-se afirmar que sempre haverá outras facções que convergem para o interesse de ordem e que não se reduzem a uma ou mais soluções dos problemas postos. Mesmo assim, mantêm-se as tentativas de recuperação, superação ou ultrapassagem aos problemas, o que não implica extirpá-los ou dar-lhes uma condição de eliminação. Todos, de forma geral, reclamam das instituições escolares, mas a ideia dela e a ampliação de suas responsabilidades sociais a conduziram a um espaço não só de aprendizagem, mas de alimentação, de educação, de brincadeira, de garantia da saúde, de forma a remeter a conduta de um corpo.

Os processos vividos, bons ou ruins, no campo institucional, são constantes e trazem marcas que dão características peculiares ao indivíduo; podem ser de ordem física ou psicológica, pautadas por sensações e percepções positivas ou negativas, mas sempre são tentativas de equilíbrio daquilo que representa um ou mais desequilíbrios, submetendo o corpo a uma convivência, independentemente de sua aceitação, ainda que provoque qualquer tipo de degeneração.

É necessário reforçar, então, que o corpo agrega síntese de experiências, como a cultura, a economia, a ética ou a biopolítica como objetos que não podem ter um fim em si, em suas particularidades, em fragmentos ou em exercícios reducionistas; que se autoesgotam e se autoexplicam, adquirindo as mesmas características de uma verdade, que sempre serão provisórias. É o corpo que detém as características mais permanentes; suas mutações exigem um espaço e tempo maior de adequação.

Agora, submeter esse corpo às possibilidades de aproximação, no sentido de compreender um "sujeito", exige adentrar aos complexos processos de "sujeição" (regularização), em suas múltiplas relações com a subjetivação e subjetividade, com o meio de sua normalização, visando a uma possível adequação — de sua existência -, sobrevivendo naquilo que lhe é concedido ou permitido acessar.

Não diria que isto são atos simples ou complexos, difíceis ou fáceis; não cabe ter uma determinada posição. Entretanto, pelas técnicas utilizadas, não ultrapassam de uma visão de um corpo, por si mesmo. Em comum, elementos compostos por similaridades. As coisas do corpo vão tomando outras dimensões e reconhecimentos, reforçando peculiaridades e se distanciando das similaridades, passando a ser fruto das condições a que foi submetido, desde um regime alimentar, físico, psicológico e social, marcando uma individualidade peculiar. Começa-se, assim, a dar-se vida ao sujeito.

Agora, não só um aglomerado de elementos biológicos e emocionais, mas um direcionamento das suas condições de sujeito, retomando aspectos da saúde, em que se remete a uma intervenção médica; consistiria em diagnosticar uma ou mais condições de saúde, que, a princípio, seria por uma ou mais distorções de uma base clínica. Também poderia ser, por outro extremo, determinar a causa e o modo da morte (autópsia ou necropsia). Ambos são procedimentos regulatórios, registrados e identificados pelo número de suas ocorrências, por técnicas de semelhanças e instrumentos, independe do sujeito. Há rotinas diferenciadas para esses procedimentos, é um ver por si,

adotando novas estratégias e tecnologias, a partir da condição em que se encontra e a necessidade que ele instiga em cada uma das situações.

Ganha ainda maior complexidade, a condição de sujeito, pelo princípio de ver a si, não como próprio, peculiar, mas pela visão de si. É o início do corpo pelas possibilidades de rupturas de sujeição (desregularização). Enquanto sujeito, sempre será constituinte e mutante, do seu nascimento à morte, entre si e os outros, assumindo constantemente características de mutações, tanto orgânicas como emocionais, pela própria natureza a qual é submetido. Complica um pouco mais quando se escreve sobre os usos desse corpo e as formas como ele se submete às práticas culturais, muitas vezes distantes do que ele realmente é ou possa representar a cada instituição; estamos diante da sujeição.

Não é uma alternativa de fora para dentro; é na fronteira do que está dentro e fora do corpo que os significados e significantes vão sendo elaborados, estruturados, readequados; são formas de subjetivações. Não há como serem isolados, tampouco neutralizados, um ou outro. É um conjunto de simbioses, em um limiar da própria subjetividade, deixando de ser isto ou aquilo.

O corpo, na medida do possível, pode ser adequado, com vistas a um possível equilíbrio contranatural, pelas relações sociais, que mais o cerceiam do que lhe garantem exercícios de uma autonomia. O sujeito, em parte, é escravo de um corpo biológico e fruto dos interesses da sociedade, adiando sempre seus interesses e vontades, pois o problema é sua aceitação pelos outros, independentemente de sua integridade orgânica, ameaçado por dentro e por fora a cada dia — a sujeição.

Tem-se, como princípio, o deslocamento do sujeito para as possibilidades de se conhecer e como se conhecer, por si e pelos outros. Isso passa a ser uma reversão entre o corpo e as experiências de vida e remete às condições de sua existência, coloca-o frente às práticas sociais, pelo exame e a vigília a que sempre foi submetido, compondo as formas de subjetivações. Surgem, desse modo, os enfrentamentos no interior do corpo e no coletivo, explicitando-se o universalismo das práticas sociais em seus valores e determinações, enquanto modelos de condutas de forma tradicional, sempre fechados e reducionistas, devendo ser cumpridos, na medida do possível, por todos, nem que seja pela violentação. Em verdade, essas relações são, intrinsecamente, relações de poder, pelos domínios do saber e envolvem, sempre, correlações de forças internas e externas ao indivíduo, entre os indivíduos e diferentes grupos sociais. Não há como fugir disso.

Esse protótipo gera um ideal de sujeito pelos outros, marcado por extremos, entre o bem e o mal, defendido por diferentes teorias e esbarra na visão que ele tem de si e as percepções que os outros têm dele, no imediatismo das aparências e pelas suas representações, omitindo as condições que o permitem ser ou não assim, criando diferentes formas de resistências entre quem realmente é, omitindo suas peculiaridades, suas condições históricas, sociais e individuais e seus anseios, vontades, sonhos e desejos.

Foram, ou melhor, ainda são tentativas de reapropriação dos discursos sobre o sujeito, pontuados por intermédio de instrumentos operadores, tendo como princípio as suas possibilidades de ocorrências e intensidades, problematizando-as por intermédio de redes de relações de poderes e saberes com vista ao sujeito, que em dado momento passaram a ser objetos de linguagens pelas suas representações, produzidas em discursos, nos limites daquilo que pode ser dito por aproximações entre os envolvidos.

É necessário compreender a distribuição e a apropriação que se configuram como poderes em seus saberes, considerando que o discurso, segundo Foucault (2005, p. 49):

> [...] nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si.

Enquanto ferramentas de produção de verdades sobre os sujeitos, esses discursos trazem em si pistas e subsídios, criando elos que permitem aproximações de diferentes ordens, que não necessariamente retratem quem realmente ele é. De maneira geral, em um mundo regrado por aparências, permite-se elaborar verdades de uma mesma verdade, sempre controladas entre os envolvidos e as posições em que os mesmos se relacionam nessa rede de constituição de verdade, assumindo texturas diferenciadas, pois não existe conhecimento, só aparência (representação a partir das verdades de quem examina).

Manifestam-se, entretanto, com diferentes propósitos, explicitando unidades estratégicas disciplinares dos governos dos outros e de si enquanto sujeito, sendo, ao mesmo tempo, projeto dos outros (sujeição), intervindo diretamente nos índices que cada um detém, para atravessar a trama das relações sociais, o que não é apenas um relacionamento técnico e simbólico entre os indivíduos, é uma escolha para os exercícios de embates.

Pela sua natureza, o sujeito, sempre será inacabado e, pela moral, assexuado, em constante mutação orgânica e emocional, submetido aos valores dos outros, cerceado por dispositivos de seleções constantes, em uma classificação binária natural, seja pelo sexo, raça, altura, idade, peso, beleza entre outros artifícios culturais, além daqueles já enunciados. Porém, todos esses processos seletivos são basicamente ordinários, lembranças de uma determinada época ou coisas absolutamente pessoais, marcadas mais pelos desprazeres do que prazeres de terem sido experienciadas.

Talvez porque as escolhas e as vontades do prazer não tenham sido perdidas, mas as possibilidades de escolher e de sentir prazer tenham sido reduzidas, pois as lutas de sobrevivência se relacionam também com as formas de consumo, para se saciar e, ao mesmo tempo, assumir condição de aceitável aos outros, pelo que ele possa agregar. O importante passa a ser o que ele representa coletivamente, não mais quem ele é.

São tentativas de apropriação do sujeito pelos outros, que vêm de consensos gerais, independentemente de aceitação ou participação de seus atributos, do que é ou deveria ser. As práticas culturais tomam uma ordenação universal, a natureza sexual, seja pelas genitálias, fazendo a separação, entre macho e fêmea, para qualquer espécie do reino animal e assim sucessivamente, como uma rede que não se esgota. Todo homem deverá ser macho por sua natureza biológica, mas nem todo macho será homem, pois as características físicas não são condições meramente naturais, vão além, exigem constantes relações de ordem pessoal e social.

Essa ordenação associa-se a outras determinadas condições, impondo cores, como rosa para o feminino, azul para o masculino, estabelecendo brinquedos e brincadeiras, exigindo-se seus devidos rituais, enquanto meras tentativas de evitar futuras

distorções, assim compreendidas pelas práticas culturais, nas formas de apropriação e utilização do sujeito, embora tudo isto não garanta os comportamentos ideativos futuros, os quais as práticas sociais já atribuíram e impuseram em que condições se assemelham a perfeição, tendo como referência a imagem de Deus.

Os critérios que vão se rearticulando com outras fontes de especificidades, visando garantir diferentes formas de mecanismos de seleção, produzindo em agrupamentos, no primeiro momento, e em individualizações, no segundo momento, tendo como ponto de sustentação as características de conduta do sujeito ou suas aparências, dadas pelo corpo em suas condutas, que sempre estarão à disposição das tecnologias de controle, pelos diferentes domínios, tornando-se mais ofensivos quando projetadas as condições políticas, culturais e econômicas de existência, como parte de um conjunto de obstáculos para o próprio sujeito, que muitas vezes são transponíveis, mas não superáveis, pois o determinante "[...] é aquilo através do que se formam os sujeitos de conhecimento e, por conseguinte, as relações de verdade." (FOUCAULT, 1999, p. 27).

Agora não mais pelas regras de condutas ou de modelos biológicos, as aparências começam a ser sustadas, dando espaço aos sujeitos como objetos do conhecimento, guardadas as devidas proporções. O tempo e a convivência permitem aproximações ou distanciamentos entre eles, sempre serão extremos e radicais. São as relações sociais entre sujeitos, alguém que observa outro alguém, toca e sente, com muitas dificuldades em se afastar da pressuposta universalidade de todo fundamento, em que cada coisa, inclusive do corpo, já tem um protótipo predefinido de como ser o sujeito. É a cristalização dos diferentes estados de dominação, cuja constituição não se dá sempre por uma verdade interior vinculada a atributos, ao poder disciplinar e regularizador e uma determinada forma de moral orientada pelos códigos de uma determinada cultura.

Por isso, as regras de uma seleção não se afastam, estão dentro e fora de cada sujeito, pondo em risco esse conhecimento, muito por conta de que conhecer impõe limites e envolve fatores de ordem emocional e de interesses que possam representar o sujeito para quem observa. O mesmo sujeito pode instigar amor ou ódio, dependendo de quem se aproxima dele e por que se aproxima.

> A busca de estilos de existência tão diferentes uns dos outros como seja possível para me parece um dos pontos, graças aos quais a investigação contemporânea se pode inaugurar na antiguidade, em grupos singulares. A busca de uma forma moral que seja aceitável para todos — no sentido que todos devam submeter-se a ela — parece-me catastrófico. (FOUCAULT, 1994, p. 706).

Em linhas gerais, são formas de sua manutenção e adequação, que podem ser compreendidas pelos mecanismos de seleção e de ordenação, com intensidades de preconceito, produzindo graus de anormalidades variantes, tornando-se relativas, variando suas aplicações de sujeito para sujeito, pelos interesses de aproximações e pela posição que ocupa nas relações a serem usufruídas. Em função disso, torna-se vital, "por uma série de razões, a ideia de uma moral como obediência a um código de regras está presente em um processo de desaparecimento, já desapareceu. E à essa ausência de moral responder, uma busca de uma estética da existência." (FOUCAULT, 1994, p. 732).

Essa proposição esbarra nas relações das práticas sociais, pois os estilos da existência, como já mencionado, lidam com elementos que se distanciam da essência do sujeito, sobrepostos por uma ideia de moral universal esquadrinhada, dando espaço

ao indivíduo. Ao retomar o último enunciado, pode o mesmo sujeito, então, não ser tão alto, nem tão velho, nem ruim, nem magro ou feio.

Porém, o inverso permitido corre o risco da confirmação das características das aparências em um espaço e tempo com variação inesgotável, dependendo sempre do interesse dos exames realizados e do uso desse sujeito com finalidades biológicas e sociais. Tem-se, então, a exploração do sujeito pela negatividade necessária que ele passe a representar, tendo em comum sua morte, decretada pelo outro. Após sua condenação, exigem-se critérios e técnicas mais severas, visando ao melhor isolamento. As táticas, entre elas a indiferença, tanto faz se existem ou não, colocam a condição de concebidas pelas ausências na presença ou não do sujeito.

Com isso, o sujeito instiga diferentes discursos, ganha significados, não chegando necessariamente a uma ou mais significações. Porém, esse sujeito pode ter uma significação, em um determinado tempo e espaço, para outro sujeito, rompendo valores e condições até então constituídos, permitindo outros realinhamentos, dando origem a outros significados, no sentindo de extirpar ou negar o vivido entre os mesmos. O que antes foi amor pode passar aos extremos de uma ordem sem lei, ao ódio, voltando às características mais elementares da condição animal, em que a razão se distancia e a negação sobrepõe ao vivido, deve ser marginalizado.

Embora marcado pelas formas de ver o outro, este o outro, sempre será fruto de idealizações, ou seja, é necessário outro sujeito. Esses sentimentos gerados em outro corpo conduzem a uma prática de concessão e tentativas de violentação constantes, produzindo níveis de saturação, justificando as rupturas, os distanciamentos ou isolamento entre os sujeitos, pelo grau de ansiedade que foi constituído. O outro nunca existiu; ele foi um projeto de expectativas fora dele. São certas formas de verdades permitidas pelas práticas penais, independentemente da comprovação de serem ou não verdadeiras, pois o amor e o ódio ocorrem em uma zona de separação muito tênue, e na mesma base emocional. Com a mesma intensidade que se ama se odeia, pois o desejo, o prazer e a felicidade variam de sujeito para sujeito, e o que um sente não é igual ao que o outro sente. Do desejo, talvez a frustração.

Embora possam até estar frente a frente, tanto faz, configuram parte do mosaico das possibilidades das relações sociais, mais violentas e preponderantes nos dias atuais. É necessário despertar a ira, sua culpável incapacidade de ser o que despertou em outro sujeito. É necessário outro ritual, o emocional. É necessário produzir um nível elevado de ansiedade e rejeição, como condição da morte. Nesse sentido, a própria vida é uma sucessão de mortes entre os sujeitos.

O sujeito não escapa a essas regras, ele necessita de pelo mínimo de outro sujeito, não para se complementar, mas para idealizar, prover um domínio e os exercícios de posse, pois ele não é uma plenitude, nem um império em si, menos ainda uma totalidade, mas uma pluralidade de relações. As práticas culturais insistem, de forma geral, que o sujeito seja reconhecido em sua representação, independentemente de quem ele realmente seja. Isso explica, fora de um jogo de sedução, de interesses, as buscas de identificação do sujeito que ocorrem pelas possíveis negatividades, por aquilo que possa até ser uma precariedade ou limitação, algum tipo de comprometimento social, físico ou emocional, que permitam se localizar num conjunto de anomalias, assim produzidas pelas práticas sociais.

A ferramenta mais utilizada para esses procedimentos são os discursos, na medida em que eles formam redes de signos sobre o mesmo sujeito que se conecta a outras tantas redes, em um sistema sempre aberto, registrando, estabelecendo e reproduzindo significados não esperados no interior do próprio discurso, mas, sim, valores de uma dada sociedade que devem ser propagados, como uma forma de explicitar quem é o sujeito, nem que esses discursos não tenham nada a ver com ele.

É necessário expor o sujeito, numa condição inferior e frágil, possibilitando melhores domínios sobre ele, inibindo ou tentando neutralizá-lo, como certo número de formas de verdades definidas a partir da prática penal, embora os problemas variem de sujeito para sujeito, não só em sua intensidade, sempre marcam características universais. Não há espaços para aceitar a variabilidade e a diversidade de pensar e de agir de cada um. Os limites da constituição do indivíduo como sujeito são novamente realinhados e reduzidos.

> O que me surpreende é o fato de que, em nossa sociedade, a arte tenha se transformado em algo relacionado apenas a objetos e não a indivíduos ou a vida; que a arte seja algo especializado ou feito por especialistas que são artistas. Entretanto, não poderia ser a vida de todos se transformar numa obra de arte? Por que deveria uma lâmpada ou uma casa ser um objeto de arte, e não nossa vida? (FOUCAULT, 1995, p. 261).

Nem cru e nem cozido, a produção dos discursos deixa de ser representações dos sentidos pelo que se debate ou se luta e passa a ser, ele mesmo objeto de desejo que se busca, dando-lhe, assim, o seu poder/saber intrínseco de reprodução e dominação do sujeito e dos objetos, pois:

> O discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo troca, no terceiro, e essa troca, essa escritura jamais põem em jogo senão os signos. O discurso se anula assim em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante. (FOUCAULT, 2010, p. 49).

Isso instiga relações de todas as ordens, de extremos, mas, acima de tudo, cria sempre possibilidades para o sujeito, pois ele é também encontro de coisas, em que se envolvem sentidos, percepções, prazeres, desprazeres, esperanças e tristezas, marcando sempre começos e fins, cujo intervalo maior está entre o nascimento e a morte.

Foucault (1984, p. 28) descreve, minuciosamente, que entre essas possibilidades, surgem as práticas de si e "são relativos à determinação da substância ética, aos modos de sujeição, à elaboração do trabalho ético e à teleologia do sujeito moral". Assim, em um corpo temos um ou mais sujeitos alojados, escravos da subjetividade e dos interesses dos outros sujeitos, regrados por dispositivos de sobrevivência e medos que variam de acordo com cada etapa da vida, mas sempre pela coação, vigília e controle, elaborando suas experiências individuais e coletivas pelas possibilidades de concessão.

Somos um ou mais projetos de outros, fragmentados por cada posição que ocupamos na sociedade — filho, pai, professor, amante, religioso, educador —, criando um potencial diferenciado e impondo algumas dificuldades de compreensões, pois, em cada situação, circula um conjunto de valores preestabelecidos, os quais determinam as condições em que se devem exercer esses papéis determinados pelas práticas culturais, dentro de concepções ideativas, referendada por papéis sociais, em suas diferentes funções, dificultando cada vez mais as possibilidades da condição de ser sujeito.

Ao mesmo tempo, independentemente do que cada um acredita de como deveria desempenhar essas atribuições, abrem-se vários entrecruzamentos, reforçam-se dúvidas e medos, propagasse a necessidade de aceitação pelos outros. Eis um jogo de tentativas de neutralizar o sujeito, reforçando o princípio de que as práticas sociais são determinantes na constituição e nas formas do cuidar de si, pois estas se inserem em outras relações mais amplas, o medo da rejeição e a ansiedade. Na tentativa de neutralizar essas possibilidades, o que é quase impossível, o egocentrismo e a sua autovalorização passam a ser elementos dos quais alguns sujeitos se valem, e esquecem, que seus efeitos ocorrem pelo inverso, são presas fáceis de negação e, ao mesmo tempo, são exemplos de submissão.

Isso é rico, profícuo e fundamental, pois "as mesmas coisas" deixam de ser "as mesmas" quando se reconhecem outras possibilidades contidas nelas em sua pluralidade, pelas brechas e frestas. Os movimentos e os anseios traçam outras relações do sujeito, devendo-se ter cautela sobre a compreensão que cada um tem de possíveis condições de normalidades, já que estas ocorrem de fora para dentro do corpo, pois, indiscutivelmente, dão-se pelas práticas culturais.

Foucault (1999) faz referência a como essas relações emergem compondo as práticas culturais de um determinado saber e de relações para si, que exigem constantemente rupturas e questionamentos, para compreender como se configuraram como uma condição de valor. São jogos estratégicos de ação e reação, de perguntas e de respostas, de dominações e de esquivas, de interesses ou indiferenças, de amor e de ódio, que, acima de tudo, são a constituição histórica de cada sujeito. O difícil não é fazer escolhas, mas conviver com elas, como já foi dito.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **História da Loucura.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

____. **Os anormais:** Curso no College de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 1978.

____. **História da sexualidade 2** — O uso dos prazeres. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

____. **Dits et Écrits.** Paris: Gallimard, vol. IV, 1994.

____. **Sobre a genealogia da ética.** Uma revisão do trabalho. In: Rabinow, Paul; Dreyfus, Hubert. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

____. **A hermenêutica do sujeito.** Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

____. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 2010.

OSÓRIO, A. C. do N. (Org.). Diálogos em Foucault. Campo Grande: Oeste, 2010. v. 1. 264 p.